

MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS

ANTONIO CARLOS ROCHA

Promotor de Justiça aposentado na entrância especial

Eu trabalhei em Cartório e, assim, tive muito contato com os Juízes e Promotores. Sempre me atraiu a maneira como os Promotores desenvolviam seus trabalhos principalmente no Tribunal do Júri e no atendimento ao público, geralmente pessoas humildes e necessitadas. Prestei concurso para a Magistratura também, cheguei ao oral mas não fui aprovado. Em seguida ingressei no Ministério Público, que eu, no fundo, tanto queria. Meu concurso ocorreu no ano de 1985, mas tomei posse em 09/janeiro/1986. Eu já era casado, tinha duas filhas e minha esposa estava grávida do terceiro filho. Estudei com muito sacrifício, inclusive de ordem financeira. Em casa foi uma festa quando consegui ingressar no nosso querido Ministério Público Paulista. Como Promotor de Justiça Substituto acho me saí bem, porque já tinha experiência de Cartório e de advocacia, o que me deixou bastante seguro para o início da carreira. Sempre fui bom datilógrafo e havia aprendido ler os processos rapidamente. Isso me ajudou muito a desenvolver os trabalhos na Promotoria. Eu dava conta dos processos com certa tranqüilidade. Minha primeira comarca como titular foi Cerqueira Cesar, na região de Avaré. Fiz um único Júri nessa comarca, mas reconheço que não me saí muito bem. Depois, já promovido para Agudos, consegui ter boas atuações no Tribunal do Júri, o que me fez realizar definitivamente como Promotor de Justiça. Nessa comarca fiquei 9 anos e fiz tudo o que eu queria ter feito como Promotor. Recebi várias homenagens como reconhecimento dos serviços que lá prestei. Em Agudos permaneci de 1987 a 1996, quando, então, me promovi para Bauru. Confesso que chorei em minha despedida de Agudos. Nessa

época as Promotorias não tinham computadores, apenas uma única máquina de escrever, papel carbono e corretivos. Também não haviam funcionários. Em Agudos implantei um sistema de trabalho que foi objeto de bons comentários, por exemplo: nas execuções de pensão alimentícia, eu atendia a pessoa do público, fazia a petição inicial de execução e já datilografava também o despacho do juiz; em seguida, eu mesmo preenchia o mandado de citação, pegava a assinatura do Juiz e o entregava ao Oficial de Justiça. Eu perdia um certo tempo nisso, mas tudo era feito de maneira muito rápida, a ponto do devedor dos alimentos ser citado em menos de 24 horas. Ou pagava, ou era preso na mesma semana. Isso funcionou muito bem durante todo o tempo em que eu trabalhei em Agudos. Em Bauru, fiz um trabalho inédito na área de urbanismo, tomando medidas em relação aos loteamentos e também em relação aos prédios em condomínio. Foi um trabalho duro, mas que teve excelente resultado. Quando ingressei no Ministério Público em 1986 o Procurador - Geral era o Dr. Paulo Salvador Frontini, e o Corregedor-Geral o Dr. Irahy Baptista de Abreu, que apelidamos de "Rambo", porque com ele não tinha moleza. Ele dizia que Promotor não tinha que dar aulas ou escrever livros, tinha é que trabalhar firme nos processos. Promotor era como mãe, não poderia ficar doente e nem dizer-se cansado. Gostei muito do jeito dele, e sempre vou me lembrar daquele jeitão duro e firme de conduzir a Corregedoria-Geral. Sempre gostei mais da área cível, principalmente da área de Registros Públicos, por isso me dediquei muito à regularização dos loteamentos e condomínios edilícios. Aposentei-me em 1999, mas admito que senti um grande "baque" em minha vida. As regras da aposentadoria estavam mudando e muitos resolveram se aposentar para não serem prejudicados. Fiz a mesma coisa, mas foi difícil voltar à vida de advogado. Tive problemas comigo mesmo, um pouco

de depressão, arrependimento pela aposentadoria precoce, mas depois tudo foi se encaixando novamente. Se sou feliz hoje, é porque o Ministério Público me deu tudo que tenho. Uma aposentadoria que me permite levar uma vida confortável, para viver bem com minha esposa, filhos e netos, não deixando lhes faltar nada do que é necessário.